

**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

**PLANEAMENTO
E INFRAESTRUTURAS**

Portugal Pós 2020

Futuro da Política de Coesão

Elementos para reflexão

Agenda

1. Portugal e a Política de Coesão
2. Elementos de diagnóstico da situação portuguesa
3. Contextualização do debate sobre o futuro da política de coesão
4. Portugal e o Futuro da Política de Coesão

1. PORTUGAL E A POLÍTICA DE COESÃO

O PONTO DE PARTIDA E O CONTEXTO

- Portugal apresenta-se como um dos países com boas credenciais na implementação da política de coesão, com um histórico muito positivo na sua execução:
 - ✓ Elevados níveis de absorção dos fundos (e.g. encerramento do QREN com execução 100% em todos os PO);
 - ✓ Resultados e impactos globalmente positivos (alteração do perfil de especialização da economia; elevação do nível de qualificação dos portugueses; boa cobertura das redes de equipamentos e serviços públicos);
 - ✓ Elevado nível de *compliance* com as normas comunitárias, atestado pela reduzida taxa de erro.
- Verificou-se nos primeiros anos de integração um processo de convergência significativo que se interrompeu com a adesão ao Euro.
- A melhoria ligeira da produtividade não tem conseguido compensar a forte redução da utilização de recursos humanos na economia.

2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PORTUGUESA

CONDICIONANTES PARA UMA CONVERGÊNCIA MAIS CONSISTENTE

Fatores externos

- Liberalização do comércio mundial, nomeadamente entrada da China na OMC;
- Entrada no Euro (redução dos custos de financiamento, mas aumento do preço das exportações portuguesas);
- Alargamento da UE a Leste, introduzindo mais concorrência a uma economia baseada no paradigma da competitividade-preço.

Fatores de natureza interna

- Baixo nível de qualificação dos portugueses e elevado nível de desemprego, especialmente ao nível dos jovens (NEET) e de longa duração;
- Excessiva alavancagem financeira e fragmentação do tecido empresarial, agravadas por insuficiências de capacidades e competências de gestão e para a inovação;
- Persistência de disfunções estruturais em sistemas críticos para a competitividade (e.g. justiça);
- Dificuldade de transição de um modelo económico sustentado na competitividade-preço para um baseado na qualificação e inovação, num contexto de crise profunda e alongada.

2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PORTUGUESA

PRINCIPAIS TRAÇOS DA EVOLUÇÃO ECONÓMICA

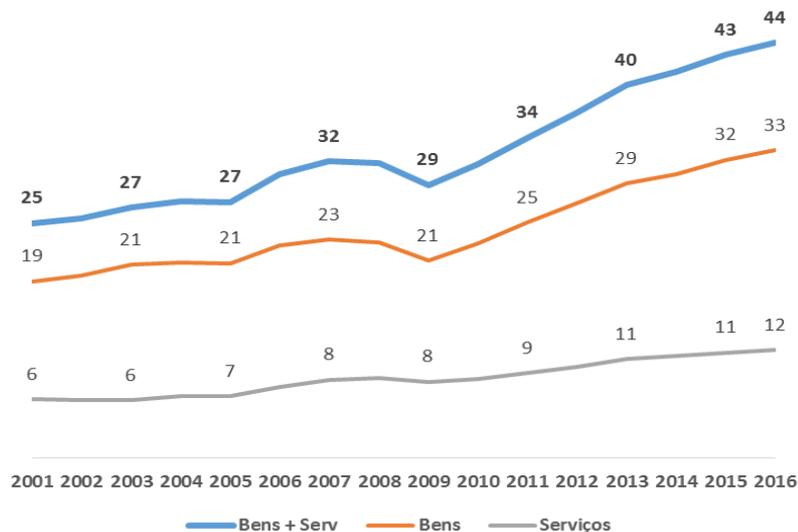
- O período 2000-15 foi marcado por profundas alterações na economia portuguesa, tendo-se observado:
 - ✓ Uma redução acentuada do peso do investimento no PIB (2000 - 28%; 2015 - 15%), muito condicionado pela evolução negativa do investimento em construção (2000 - 63% do total do investimento; 2015 - 49%);
 - ✓ Um aumento do endividamento na economia portuguesa, de forma generalizada e excessiva, nomeadamente nas sociedades não financeiras e no Estado.
- Apesar da significativa melhoria global dos indicadores do mercado de trabalho em 2016, com a queda gradual do desemprego e o aumento sustentável do emprego, persistem ainda desafios ao nível do desemprego jovem e de muito longa duração.

2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PORTUGUESA

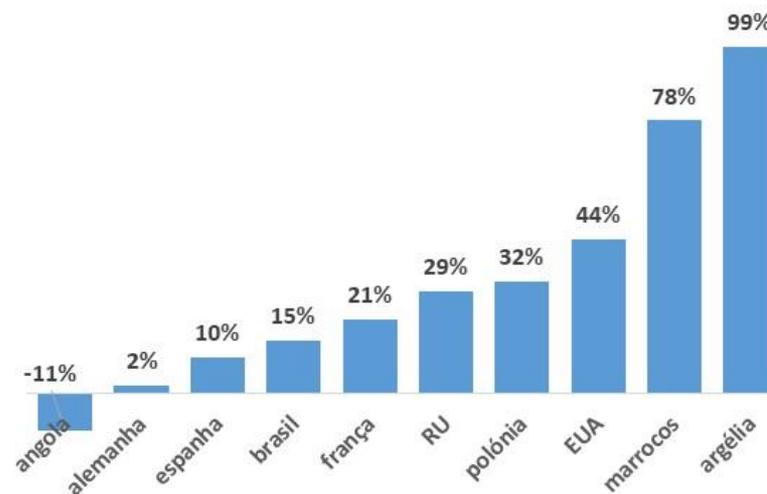
PRINCIPAIS TRAÇOS DA EVOLUÇÃO ECONÓMICA (CONT.)

Alteração da orientação transacionável da economia (duplicação do peso das exportações no PIB em 20 anos: 1995 - 22%; 2016 - 44%), com ganhos de quota nos principais destinos de exportação:

INTENSIDADE EXPORTADORA (EXP/PIB em %)



GANHO DE QUOTA DAS EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS 2010-2015



2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PORTUGUESA

O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DE PORTUGAL

- Desde 2000, Portugal tem divergido face à média europeia (2000 - PIBpc em PPS = 84% da média da UE28; 2014 - PIBpc em PPS = 77% da média da UE28).
- Este facto é comprovado pela taxa de crescimento média anual do PIB de Portugal, abaixo da média da UE28 (2,1% vs 2,9%) -> apenas superior a Itália (1,6%) e à Grécia (1,1%).
- Esta evolução é resultado de comportamentos diferenciados em dois períodos:
 - ✓ 2000-2007 - Portugal apresenta uma evolução do PIBpc em PPS em linha com o crescimento médio verificado na UE28 (92% da média do crescimento do PIBpc da UE28);
 - ✓ 2008-2015 - Portugal apresenta uma evolução do PIBpc em PPS muito abaixo do crescimento médio verificado na UE28 (apenas 46% da média do crescimento do PIBpc da UE 28).

2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PORTUGUESA

O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA INTERNO ENTRE REGIÕES

- Este processo de não convergência de PT face à UE foi acompanhado por uma convergência interna de algumas regiões menos desenvolvidas.
- O PIB continua a depender fortemente de 2 regiões - AML e Norte. Juntas contabilizam mais de 60% do PIB nacional, sendo esta uma tendência estrutural da economia portuguesa (2000 - 65% do PIB; 2015 - 66% do PIB).
- No conjunto do país, a redução da taxa de utilização de recursos humanos (emprego/ população) é uma das explicações para a não convergência de Portugal (2000 - 111% da média da UE28; 2014 - 97,21% da média da UE28).

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE EUROPEU

Contexto do Debate

1. Ciclos eleitorais em 2017 culminando em Outubro na Alemanha
2. BREXIT
3. Ausência de um referencial estratégico europeu para o pós 2020
4. Emergência de novas políticas a financiar pelo orçamento da UE (defesa, segurança interna e migrações)
5. Diminuição da relevância da política de coesão nas discussões sobre o futuro da UE

Principais incertezas

1. Momento em que a COM propõe o novo QFP (Dez/2017?/Jun. 2018?)
2. Duração do QFP (7 anos, 5 anos, 5+5 anos, 2+3 anos)

Principais temas

1. Possível redução do peso orçamental da Política de Coesão, num QFP que acomode novas políticas, se não houver reforço orçamental (Oettinger)
2. Articulação com a Governação Económica Europeia
3. Abrangência territorial da Política de Coesão
4. Proporcionalidade das exigências regulamentares em função da dimensão do envelope financeiro
5. Modelo de implementação da Política de Coesão, através de maior simplificação e orientação para resultados

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE EUROPEU

Posicionamento dos EM

Beneficiários Líquidos

i. Grupo de Visegrado:

- Manutenção da Política de Coesão nos moldes atuais;
- Simplificação e redução da carga administrativa e burocrática;
- Ligação à governação económica apenas através das condicionalidades *ex ante*

ii. Política de Coesão como indutora de ganhos macroeconómicos para os contribuintes líquidos

i. Críticas à manutenção da Política de Coesão, nomeadamente do seu peso no orçamento europeu

ii. Necessidade de manter a dimensão do orçamento comunitário bem como das contribuições por EM
iii. Reforço da contratualização de resultados da Política de Coesão e da demonstração do seu valor acrescentado

iv. Beneficiação das políticas de gestão centralizada (e.g. HORIZONTE 2020; Connecting Europe Facility) em detrimento das políticas de gestão partilhada (e.g. Política de Coesão) por demonstrarem melhor performance

Contribuintes líquidos

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE EUROPEU

Marcos da discussão



4. PORTUGAL E O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

PRINCÍPIOS GERAIS DA POSIÇÃO DE PORTUGAL

- i. Importância da manutenção do carácter estrutural e do financiamento da Política de Coesão, enquanto política de médio-prazo;
- ii. Importância do desenvolvimento competitivo dos territórios, incentivando os processos de inovação nas empresas através da inserção de recursos humanos qualificados;
- iii. Reforço da orientação para a competitividade, enquanto fator essencial para a coesão duradoura e para a convergência real;
- iv. Integração mais consistente da política florestal na Política Agrícola Comum;
- v. Necessidade de garantir maior apoio à convergência dos países da coesão -> um novo “*Fundo de Coesão para a Competitividade*”, com elegibilidade alargada à inovação, qualificação e ao emprego;
- vi. Reforço da orientação para resultados da Política de Coesão, aprofundando e simplificando a metodologia implementada no quadro 2014-2020;
- vii. Maior ligação ao Semestre Europeu, assumindo-se como referência o PNR e uma abordagem de médio prazo, mantendo-se as condicionalidades *ex ante*.

MATRIZ SÍNTESE DAS LINHA GERAIS DE PRIORIDADES DA PROGRAMAÇÃO PÓS 2020

Eixos Prioritários	Objetivos Estratégicos
EIXOS HORIZONTAIS Competitividade para a Convergência e Emprego	<p>I. Inovação e Conhecimento</p> <p>Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional para uma estratégia sustentada na inovação</p> <p>II. Qualificação, Formação e Emprego</p> <p>Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social nacional</p>
EIXOS TERRITORIAIS Competitividade e Coesão	<p>III. Energia e Alterações Climáticas</p> <p>Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética e para a adaptação às alterações climáticas</p> <p>IV. Economia do Mar</p> <p>Reforçar o potencial económico estratégico da Economia do Mar</p> <p>V. Redes e Mercados Globais</p> <p>Assegurar a competitividade e a atratividade das regiões urbanas dos territórios atlânticos</p> <p>VI. Interioridade e Mercado Ibérico</p> <p>Reforçar a competitividade dos territórios da baixa densidade e transfronteiriços, explorando os recursos endógenos e garantindo a acessibilidade a bens e serviços essenciais</p>

4. PORTUGAL E O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

EIXOS HORIZONTAIS: COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E EMPREGO

I. Inovação e Conhecimento

Objetivo - Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional para uma estratégia sustentada na inovação

Inovação Empresarial

- ❖ Start-ups e espírito empresarial
- ❖ Novas especializações em áreas com procuras emergentes - indústria e serviços
- ❖ Integração em cadeias internacionais em segmentos de maior valor acrescentado - agricultura, floresta, indústrias tradicionais, turismo
- ❖ Globalização, internacionalização e produtividade em PME

Conhecimento e base científica

- ❖ Programas de desenvolvimento de I&D estrutural em domínios estratégicos;
- ❖ Desenvolvimento de novos formatos de processos colaborativos entre Ciência e Empresas (novos modelos de cooperação)
- ❖ Internacionalização das instituições de I&I portuguesas e participação em redes internacionais

❖ Programas transversais estratégicos: Indústria 4.0, Economia Circular, etc.

❖ Redes integradas de serviços públicos (e.g. justiça) e novos meios de prestação de serviços (e.g. desmaterialização do contacto com AP, e-health)

❖ Conetividade de pessoas, bens e informação

4. PORTUGAL E O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

EIXOS HORIZONTAIS: COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E EMPREGO

II. Qualificação, Formação e Emprego

Objetivo - Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social nacional

Qualificação e Formação

- ❖ Educação e Formação de Jovens (corrida para o topo)
 - Combate abandono/insucesso escolar
 - Alinhamento das vias profissionalizantes no secundário com as novas especializações
 - Formação Superior de curta duração para novas profissões
 - Formação avançada
- ❖ Adultos
 - Reconversão para novas competências (formação alinhada com novas profissões) arrastando recuperação do atraso estrutural

Emprego

- ❖ Medidas com efeito no aumento estrutural da taxa de emprego (e.g. estágios profissionais)
- ❖ Medidas dirigidas ao reforço das taxas de atividade:
 - Jovens NEET
 - Desempregados de muita longa duração
 - Envelhecimento ativo (faseamento na passagem para a reforma)

- ❖ Alinhamento das Políticas cofinanciadas com programas estratégicos: INCODE (competências digitais); Indústria 4.0

4. PORTUGAL E O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

EIXOS TERRITORIAIS: COMPETITIVIDADE E COESÃO

III. Energia e Alterações Climáticas

Objetivo - Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética

Cidades Inteligentes e Eficientes

- ❖ Eficiência energética no edificado (público e privado)
- ❖ Economia circular
- ❖ Transportes públicos coletivos eficientes e em rede
- ❖ Mobilidade Elétrica e Suave

Transição energética

- ❖ Inovação na produção, armazenamento e distribuição de energias renováveis:
 - ✓ I&D, incluindo instalações piloto, em novas áreas ou novas tecnologias: eólico *offshore*, geotérmico, etc.
 - ✓ Primeiras fases de redes de novos formatos
- ❖ Eficiência Energética (projetos demonstradores de forte efeito de disseminação)
- ❖ Produção nacional de equipamentos, *software* e serviços financeiros associados à transição energética

- ❖ Reforço do potencial ambiental e da adaptação do território às alterações climáticas (medidas agroambientais, captura do carbono, serviços de ecossistemas, biodiversidade)

4. PORTUGAL E O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

EIXOS TERRITORIAIS: COMPETITIVIDADE E COESÃO

IV. Economia do Mar

Objetivo - Reforçar o potencial económico estratégico da Economia do Mar

Economia do Mar

- ❖ Aumento do valor acrescentado dos produtos da pesca e da aquicultura
- ❖ I&I e exploração de novos recursos e novas aplicações
- ❖ Utilização eficiente dos recursos e promoção da biodiversidade
- ❖ Melhoria da competitividade do sistema portuário (desenvolvimento das autoestradas do Mar)
- ❖ Fronteira marítima

4. PORTUGAL E O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

EIXOS TERRITORIAIS: COMPETITIVIDADE E COESÃO

V. Redes e Mercados Globais

Objetivo - Assegurar a competitividade e a atratividade das regiões urbanas dos territórios atlânticos e das regiões autónomas ultraperiféricas

Competitividade territorial

- ❖ Redes urbanas de inovação e crescimento (clusters de atividades criativas/ culturais ou intensivas em conhecimento)
- ❖ Reabilitação urbana (edificado e espaço público)
- ❖ Fecho de rede e ligações rodo-ferroviárias de áreas de localização empresarial (*last mile*)

Coesão Urbana

- ❖ Exclusão Social:
 - ✓ Emprego
 - ✓ Políticas locais de integração e inclusão
- ❖ Dinamização económica em comunidades urbanas desfavorecidas
- ❖ Migrantes e refugiados

❖ E-government local e territorial

❖ Fecho de redes de serviços coletivos

4. PORTUGAL E O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

EIXOS TERRITORIAIS: COMPETITIVIDADE E COESÃO

VI. Interioridade e Mercado Ibérico

Objetivo - Reforçar a competitividade dos territórios da baixa densidade e transfronteiriços, explorando os recursos endógenos e garantindo a acessibilidade a bens e serviços essenciais

Competitividade, Emprego e Qualificações

- ❖ Desenvolvimento económico assente no potencial endógeno, incluindo o desenvolvimento rural
 - ❖ Estratégia de orientação para o mercado ibérico dos territórios transfronteiriços, nomeadamente através da cooperação e planeamento conjunto com Espanha
 - ❖ Desmaterialização das conectividades
-
- ❖ Otimização da gestão e prestação em rede dos serviços coletivos existentes (Educação, Saúde, Cultura, Sociais, Económicos, Associativos, etc.)
 - ❖ Reforço da cooperação transfronteiriça de proximidade, incluindo o fecho de rede e ligações rodo-ferroviárias



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

**PLANEAMENTO
E INFRAESTRUTURAS**

Portugal Pós 2020

Futuro da Política de Coesão

Elementos para reflexão